

A INTEGRAÇÃO IMPERIAL ROMANA SOB TRAJANO NA CONCEPÇÃO DE PLÍNIO, O JOVEM

Alex Aparecido da Costa¹

Resumo: Desde a República até a queda do Império do Ocidente uma vasta diversidade humana esteve reunida sob o poder de Roma. Embora possuíssem relativa autonomia jurídica e política em âmbito local foi apenas a partir do século I d.C. que houve um gradual aumento da atuação dos provinciais na política imperial. Essa mudança de postura foi conduzida sob a tutela autocrática dos césores segundo seus interesses e em favor de sua imagem como bons governantes. Diante disso, este artigo pretende discutir aspectos da exaltação da política imperial de Trajano presentes no *Panegírico de Trajano* de Plínio, o Jovem, membro de um círculo político de apoio ao César. Nessa obra, em torno da ideia moral e política de *virtus* e do estoicismo, Plínio constrói a imagem de Trajano como promotor da integração e da grandeza do *orbis romanus*.

Palavras-chave: estoicismo; idealização; integração; política; *virtus*.

ROMAN IMPERIAL INTEGRATION UNDER TRAJAN ACCORDING TO PLINY THE YOUNGER

Abstract: Since the Republic to the fall of the Western Empire, a vast human diversity was reunited under the power of Rome. Although those people possessed concerning legal and political autonomy at the local level, it was just from the first century A.D. that there was a gradual increase in the activities of the provincial in the imperial policy. This change in attitude was conducted under the autocratic tutelage of the Caesars according to their interests and in favor of their image as good rulers. Thus, this article aims to discuss aspects of the exaltation of the imperial policy of Trajan as seen in the *Panegyric of Trajan* written by Pliny the Younger, a member of a political circle that gives support to Caesar. In this work, around the moral and political idea of *virtus* and the stoicism, Pliny depicts Trajan's image as a promoter of integration and the greatness of the *orbis romanus*.

Keywords: stoicism; idealization; integration; policy; *virtus*.

* O artigo deriva das pesquisas realizadas por conta de projeto de doutoramento em curso, intitulado “Aspectos da integração imperial romana durante o principado de Trajano no Livro X das Cartas de Plínio, o Jovem”.

¹ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em História e Letras pela mesma instituição. Pesquisador do Laboratório de Estudos Antigos e Medievais (LEAM/UEM). Bolsista Capes. E-mail: aleks_1979@hotmail.com.

Introdução

A história da Roma antiga, desde os primeiros séculos até a época do Império, é marcada, entre outros aspectos, pela expansão territorial realizada majoritariamente pelas conquistas. Tal processo resultou na subordinação política de vários povos sob o *immensum imperii corpus*. Sem ignorar a evidente violência da dominação, este artigo busca explorar alguns aspectos do discurso romano sobre o que podemos chamar de integração imperial, a qual atingia principalmente as elites provinciais. Na época do Império, especialmente a partir de fins do século I d.C., o mundo romano começava a experimentar os efeitos mais evidentes das políticas de concessão de cidadania e de desenvolvimento das províncias. Um desses efeitos é a chegada ao poder de Trajano em 98 d.C., o primeiro imperador oriundo de fora da península itálica. Vindo da Hispânia, o novo governante contava com o apoio de importantes senadores dessa província, tais como Licínio Sura, que já vinham atuando na política imperial com mais ênfase desde a ascensão de Vespasiano. Essas condições podiam ser verificadas também em outras regiões, o que pode ser ilustrado com as altas magistraturas exercidas por Tácito, que viera de outra província, a Gália Narbonense.

Diante desse panorama em que se verifica a expansão da participação política no mundo romano interessa conhecermos alguns elementos que davam respaldo e incentivavam esse processo, pois essa integração teve um papel importante na longevidade do sistema imperial por meio da adesão das elites locais ao regime. Portanto, nosso recorte aborda a passagem do século I d.C. para o século II d.C., quando o senador romano Plínio, o Jovem, escreveu o *Panegírico de Trajano* em homenagem ao então imperador Marco Ulpio Trajano. Procuraremos investigar nessa obra como o autor atribui ao César a imagem de um governante consciente e comprometido com o Império enquanto espaço de integração.

Embora o contexto apresentado denote um movimento centrífugo do ponto de vista político, no campo cultural ocorria a atração para as formas mais tradicionais dos valores morais romanos. Em virtude disso, discutiremos na obra pliniana a noção de *virtus* em sua relação com a construção do bom governante aos olhos dos estratos superiores da sociedade romana, especialmente a ordem senatorial e a ordem equestre. Para os romanos a *virtus* era uma virtude exigida para o homem político, que deveria abdicar de seus interesses pessoais e priorizar sua atuação a serviço do Estado. Dava equilíbrio à junção daquela nova

realidade política com a tradição a presença da filosofia estoica, aqui, sobretudo, com seu caráter cosmopolita que favorecia um discurso de respaldo a uma relação ecumênica das culturas no interior do Império.

Plínio, o Jovem, Trajano e o *Panegírico*

No núcleo do estudo aqui proposto situam-se três elementos essenciais para a presente discussão, que, portanto, precisam ser apresentados com alguns detalhes. Inicialmente temos Plínio, o Jovem, autor da obra a ser aqui analisada. Plínio foi um senador de origem equestre e importante colaborador de Trajano junto à cúria e, posteriormente, na administração provincial como governador da Bitúnia, aproximadamente entre 109 d. C e 113 d. C (FERNÁNDEZ, 2005: 25), cargo para o qual foi designado pelo imperador. Ao lado de Plínio coloca-se Trajano, tema do discurso pliniano; sob seu reinado o Império atingiu a máxima extensão territorial. Reunindo os dois primeiros, temos o *Panegírico*, um longo discurso de exaltação ao imperador, no qual são celebrados seus feitos e virtudes como forma de ilustrar em sua figura a imagem do governante ideal.

O *Panegírico de Trajano* originalmente era um discurso de agradecimento, *gratiarum actio*, ao imperador reinante, estabelecido desde a época de Augusto, que os novos cônsules proferiam ao assumir a referida magistratura. A elocução ocorreu no dia primeiro de setembro de 100 d.C., provavelmente diante do César e do Senado, quando Plínio, indicado por Trajano, tornou-se *consul suffectus*, cônsul substituto, para aquele ano. Segundo Durry (1972: 87) o texto que chegou aos nossos dias foi ampliado pelo autor posteriormente visando à publicação e constitui-se como um documento importante para a compreensão das instituições do período, sobretudo as relações entre o César e a cúria.

Caius Plinius Caecilius Secundus, mais conhecido como Plínio, o Jovem, nasceu em 62 d.C. em Como, região setentrional da Itália (SHERWIN-WHITE, 1969: 76). Órfão de pai, foi adotado por seu tio, o célebre Plínio, o Velho; essa condição somada aos matrimônios contraídos fizeram com que acumulasse uma fortuna significativa, especialmente em propriedades fundiárias (CHASTAGNOL, 1992: 146). A riqueza aliada a uma educação literária refinada projetou-o entre a elite romana e deu-lhe trânsito no interior do poder político da *Urbs*.

No âmbito da vida pública de Plínio, o Jovem, devemos destacar sua origem equestre, ordem social romana que colaborou com o regime imperial. Seus membros participaram ativamente da administração e por esse motivo foram favorecidos pelos césares em suas carreiras públicas, o *cursus honorum*. Plínio foi um exemplo deste tipo de indivíduo, como indica sua carreira política: foi tribuno militar na Síria sob Tito, questor, tribuno da plebe e pretor na época de Domiciano e cônsul, prefeito do erário de Saturno, do erário militar, curador do Tibre e governador da Bitúnia durante o governo de Trajano. O exercício do cargo de questor elevou-o a ordem senatorial, permitindo-lhe desempenhar as mais importantes posições da vida pública romana. Sob Trajano, participou ativamente dos debates na cúria, onde apoiou o César, sobretudo entre os senadores de origem recente como ele, mais propensos a apoiar um imperador de origem provincial (CIZEK, 1983: 1526).

A ascensão de *Marcus Ulpius Traianus*, o imperador Trajano, é um sintoma marcante de um processo que ocorria como sistema político imperial: a participação cada vez maior de membros das elites provinciais nas decisões políticas do Império por meio da entrada na ordem senatorial. Nascido em 53 d.C. na Hispânia, no seio de uma família da elite provincial de acesso recente ao Senado, Trajano seguiu os passos paternos, distinguindo-se na carreira militar (FERNÁNDEZ, 2003: 25). Os Ulpios, assim como grande parte da elite hispânica, viviam, então, um momento favorável com o desenvolvimento da província, que era apoiada pelos Flávios em retribuição à adesão dos notáveis da região à ascensão de Vespasiano, fundador da dinastia, ao poder.

Apoiado nessas condições, Trajano iniciou sua carreira como tribuno militar na Síria, então governada por seu pai, onde foi também questor. Sob Domiciano, a partir do ano 83 d.C., exerceu o cargo de pretor, e comandou a legião *VII Gemina*, a frente da qual debelou a revolta de Saturnino em 89 d.C.; por esse feito foi recompensado com o consulado em 91 d.C. (FERNÁNDEZ, 2003: 27). Em 97 d.C., ao assumir o poder após o assassinato de Domiciano, Nerva não contava com apoio militar, assim a solução foi nomear Trajano governador da Germânia, região que contava com importantes legiões. Com essa ação Nerva tranquilizou os exércitos e ganhou a confiança dos militares, colocando um experiente soldado, um *vir militaris*, em uma importante posição do Império. Posteriormente, em fins de 98d.C., Nerva adotou-o num ato de indicação de que Trajano seria seu sucessor, consolidando uma situação que se desenhara a partir de sua legação na

Germânia, e que se realizou, de fato, após sua morte, quando Trajano assumiu o poder imperial.

A origem provincial de Trajano, sua permanência na Germânia mesmo após a morte de Nerva e sua confirmação no poder pelo Senado aliadas a figura de Plínio, o Jovem, um itálico de origem equestre, são aspectos dignos de consideração em uma discussão que aborda a integração no mundo romano. Nesse sentido, a proximidade entre Plínio e o imperador coloca o *Panegírico* em uma posição privilegiada para nele investigarmos as ações que favoreceram a manutenção do sistema imperial.

A política imperial de Trajano

A *virtus* de Trajano, na sua relação com o Império, é ilustrada no *Panegírico* com uma construção que aproxima os atos do César a uma atitude de reconhecimento do espaço controlado pelos romanos como um universo a ser cada vez mais integrado. Nessa elaboração sobressai, especialmente, uma visão estoica da política imperial, na qual a *virtus* do César expressa-se, sobretudo, no respeito e nos benefícios concedidos às populações que viviam sob seu governo.

Como já dissemos acima, Trajano, após a morte de Nerva, permaneceu na região da Germânia. Organizando aquela parte do *limes* imperial, ele funda colônias: *Colonia Ulpia Novio magus Batavorum* e *Colonia Ulpia Traiana*, na Germânia Inferior; cria também cidades: *Civitas Ulpia Taunensium*, *Civitas Ulpia Mattiacorum* e *Civitas Suevorum Nicretum*, na Germânia Superior. Esta postura adotada por Trajano nos anos iniciais de seu governo fez com que ele figurasse como último imperador a desenvolver uma importante série de fundações, prática que não se limitou à região do Reno e se estendeu posteriormente à Dácia, Mésia, Trácia, África Proconsular e Arábia (MELÉNDEZ; ESPARCIA; CARRASCO, 2013: 100). A iniciativa era uma importante atitude, pois essa política de urbanização favorecia a convivência da cultura romana e autóctone nesses novos espaços, reduzindo, inclusive, a incidência de conflitos. Nesse sentido, Pereira (2004: 265) assinala que a longevidade do Império Romano derivava de um esforço sustentado pela organização e assimilação. Estudos recentes sustentam que a fortaleza do império derivava

de que em seu interior conviviam muitas identidades em diálogo e fusão, processo favorecido pela urbanização; disso resultou que

No bojo da integração política, a unidade imperial favoreceu a integração e a hierarquização das elites locais conduzindo, progressivamente, à formação de uma elite imperial, com códigos sociais, culturais e de conduta cada vez mais homogêneos (GUARINELLO, 2010: 125).

Um dos sintomas dessa negociação compartilhada é exatamente um dos aspectos que abordaremos neste artigo, ou seja, a influência do estoicismo na construção da imagem do imperador. Essa filosofia, desde suas origens no século IV a.C., expressava multiculturalismo, já que o pensamento que se constituiria na *Stoa* de Zenon, fundador dessa corrente filosófica, tinha precedentes entre os Cananeus. O próprio Zenon viera das regiões orientais do mundo grego antes de fixar-se em Atenas. Favorável ao universalismo, o estoicismo via os homens como cidadãos do cosmos (VEYNE, 1992: 288), assim, a filosofia do Pórtico favorecia-se da difusão helenística e da expansão romana para moldar conceitos políticos homogêneos dentro de um universo cultural marcado pela pluralidade. No *Panegírico*, algumas atitudes atribuídas ao imperador demonstram o reconhecimento e o respeito às diretrizes éticas e morais que surgiam desse processo de hibridização coroado nos hábitos políticos das elites pela *Stoa*. Isso é perceptível na distinção que Plínio faz dos retornos de Trajano e Domiciano das províncias em direção a Roma:

Quanta diferença da recente passagem de outro príncipe! Isso se for possível denominar passagem e não destruição esta marcha na qual ele expulsava para encontrar pouso, na qual, à direita ou à esquerda tudo era queimado e pisoteado como se algum flagelo ou os próprios bárbaros dos quais ele fugia ali estivessem se lançando. É preciso fazer as províncias compreenderem que esta maneira de viajar era aquela de Domiciano, não a do imperador (PLÍNIO, *Panegírico*, 20, 4).

Como a comparação foi muito utilizada pelo panegirista, devemos recordar, aqui, que o último Flávio expulsara os filósofos estoicos ao passo que sob os Antoninos, dinastia da qual Trajano fez parte, a escola viveu um período favorável. A passagem de Domiciano descrita por Plínio ocorreu quando este retornou de uma guerra contra os suevos e sármatas, em 92 d.C. Ela contrasta com o regresso de Trajano da Germânia, ou seja, a primeira viagem dele como imperador em direção a Roma, ocorrida em 99 d.C. A pacífica travessia de Trajano, na visão pliniana, é uma mensagem alvissareira de um tratamento adequado que as províncias receberiam sob o governante Antonino: “Teu retorno foi pacífico e

modesto” (*Panegírico*, 20, 1). Não é de nosso conhecimento exato o itinerário utilizado por Trajano em sua viagem, mas sabemos que entre a Germânia e a Itália havia as províncias da Récia e Gália; desta última, conquistada por Júlio César, os indivíduos por ele introduzidos no Senado causaram incompreensão na aristocracia conservadora de Roma, que os viam como bárbaros. Portanto, a aceitação desses povos, mesmo já integrados com os romanos, representa uma conquista do modelo imperial, que na visão de Plínio foi respeitada por Trajano e ignorada por Domiciano.

Essa atitude de Trajano, observada sob a perspectiva do estoicismo, colocava o governante do Império no eixo da simpatia universal, um cosmopolitismo que exigia do sábio, e o imperador deveria sê-lo, uma postura de cidadão do mundo (BRUN, 1986: 76), a qual se reforça, também pela *Stoa*, com a identificação do César como legado de Júpiter no mundo dos homens (BLÁZQUEZ, 2003: 256). A reverência ao Império se expressa também no rigor relativo ao controle de gastos:

Também, não tanto por teu renome, mas para o bem público tu divulgaste por um édito o que cada um dos dois havia despendido. Que o imperador se habitue a contar com o Império; que ele parta e retorne com a ideia de que terá contas a prestar; que ele publique o que ele gastou: assim, ele evitará despesas que teria vergonha de publicar (*Panegírico*, 20, 5).

Notamos aqui, em paralelo com a citação anterior, uma extensão do compromisso do César em direção aos habitantes para além da Itália, pois o elogio de campanhas que não prejudicassem as províncias, junto com a exigência de que controlasse e divulgasse os gastos feitos no âmbito do Império, demonstram que sua atitude de consideração não estava reservada apenas para os eminentes habitantes da *Urbs*, mas também para aqueles que viviam nas demais regiões sob sua administração.

Contudo, mesmo durante esse período, quando as províncias ocidentais experimentavam grande desenvolvimento (ALFÖLDY, 1987: 133), a Itália ainda ocupava um papel destacado na política imperial. Duas iniciativas do próprio Trajano demonstram isso. O César exigiu que os senadores provinciais investissem pelo menos um terço de suas posses em terras na península itálica (BLÁZQUEZ, 2003: 231). Tal obrigação visava revitalizar a economia dessa importante e central região do Império.

Trajano aumentou a política de abertura em relação às províncias, sem com isso esquecer que a Itália continuava sendo base da nobreza imperial, a qual ia acompanhada de um processo de italianização das elites

provinciais, ao obrigar os senadores de origem provincial a comprar terras na Itália, para que assim a Itália fosse uma pátria e não uma espécie de albergue (BLANCO, 1988: 167).

Outra ação do imperador em prol da Itália foi a criação dos *Alimenta*. Román (2003: 176) explica que se tratava de uma instituição que permitiu a distribuição de alimentos às crianças das cidades itálicas. Para alcançar tal intento, o Estado fornecia empréstimos com juros reduzidos aos proprietários rurais interessados na produção de cereais, sendo os rendimentos gerados pelo sistema então divididos entre as crianças das cidades. Sua extensão restrita à Itália revela a posição de primazia que a península ocupava no ordenamento imperial. Plínio tece elogios a essa política de Trajano:

Também, de toda tua generosidade o que eu louvaria mais é a doação de um congíario de tua renda, distribuições de tua renda, e de não alimentar os cidadãos como bandos de bestas selvagens, de sangue e carnificina; e, doçura sem igual para os beneficiários, eles sabem que as doações que recebem não são tiradas de ninguém, que em meio de tanto enriquecimento somente o príncipe se empobrece, ou nem mesmo ele: que senhor da menor parcela do patrimônio comum possui a mesma quantia que a comunidade (*Panegírico*, 27, 3-4).

O primeiro dado que podemos extrair da citação é o aspecto comparativo da *liberalitas* de Trajano em relação à de Domiciano, ou de outros imperadores que utilizavam os jogos com frequência para agradar o povo. Román (2003: 188) reitera que o objetivo dos *Alimenta* era a nutrição infantil, diferindo, portanto, da liberalidade imperial ligada ao tradicional *panem et circenses*. O fato de a distribuição ser feita a partir de incentivos à produção expressaria dois méritos dessa política alimentícia: uma delas, presente na citação, exalta que tal distribuição não acarretava confiscos; a outra, podemos compreendê-la a partir de uma passagem anterior do discurso:

Quando chegava um dia de congíario, o hábito era que viessem observar a saída do príncipe, se postar nas ruas enxames de crianças, povo do futuro. Os pais se esforçavam para por seus pequenos à vista e, colocando sobre seus ombros, ensinavam palavras de adulação e lisonja: eles repetiam a lição e com frequência gritavam em vão suas súplicas aos príncipes que fingiam não ouvir (*Panegírico*, 26, 1-2).

Ou seja, já que a distribuição dos *Alimenta* não era feita diretamente das mãos do imperador, mas sim por um sistema por ele instituído, o povo gozava do benefício sem precisar adotar as atitudes aviltantes que Plínio atribui aos governos anteriores. Os *Alimenta*

diferiam dos *congiaria*: estes eram distribuições monetárias feitas pelos imperadores, inclusive Trajano, ao povo e aos soldados em certas datas, sendo, portanto, esporádicas e dependentes da *liberalitas* imperial, ocorrendo especialmente nos dias em que era comemorada a ascensão ao poder, ou seja, o aniversário de seu governo, o *dies imperii*; os *Alimenta*, por sua vez, como uma instituição de caráter menos esporádica, logrou sua renovação mesmo após o governo de Trajano, em 117 d.C. (BLANCO, 1988: 166), estendendo-se até o século IV d. C., quando foi suprimida por Constantino (ROMÁN, 2003: 203).

A necessidade da instituição dos *Alimenta* situava-se em um contexto de queda da produção italiana de grãos, ocorrida em virtude da opção de grandes proprietários, especialmente, pelo cultivo de oliveiras, que exigia menos trabalhadores; além disso, o comércio do azeite, originário dessa cultura, era muito rentável. Nessas condições o incentivo imperial para as lavouras de cereais ia ao encontro da necessidade de melhor alimentação das crianças itálicas e, por extensão, do aumento da natalidade.

Tu tens razão, César, de encarregar-se das esperanças do nome romano. Nenhuma despesa ou honra de um grande príncipe que espera a imortalidade é melhor que aquela feita em proveito dos homens do futuro. Os ricos são incitados a ter filhos por recompensas consideráveis e penas equivalentes; os pobres somente tem como razão de ter filhos a beneficência do príncipe. Se com uma mão generosa ele não protege, não provê, não adota essas crianças que devem a vida à confiança nele colocada, ele apressa a queda do Império, a queda de República; e é em vão, se ele negligencia a plebe, que ele sustenta a nobreza, cabeça privada de corpo, cujo desequilíbrio fará cair (*Panegírico*, 26, 4-6).

A revitalização agrícola e demográfica por meio dos *Alimenta* atenderia, então, a uma retomada da Itália como importante região produtora do Império e à demanda das legiões por indivíduos que se tornariam soldados oriundos da plebe, mas investidos de um verdadeiro sentido de romanidade. Ao lado dessas duas motivações para os *Alimenta*, Román (2003: 165) acrescenta que a instituição inseria-se na necessidade de fortalecer as relações de clientela do governante, que deveria ser identificado pela sociedade como patrono por excelência do Império. Deslocado do centro para outras regiões não menos importantes do Império, a figura do César como patrono imperial talvez atinja seu ápice na visão pliniana na forma como o panegirista descreve a atuação de Trajano em virtude da seca que castigou o Egito, em 99 d.C.

Então, frustrada sua inundação, ou seja, sua fecundidade, o país invoca a segurança do César como ele costumava invocar seu rio e seu sofrimento não dura mais do que o tempo necessário para ele se inteirar do assunto. Tão eficiente é teu poder, César, tua bondade tão atenta e tão pronta a prestar igualmente todos os serviços, que se há sob teu reino vítimas de alguma calamidade, basta para que elas sejam socorridas e salvas que tu sejas advertido [...] Ademais, parece extraordinário, César, que a calamidade do Egito e a suspensão do Nilo não tenha afetado a anona da *Urbs*; ora, graças a tua garantia, a teu cuidado, ela transborda a ponto de fornecer a prova dupla de que nós podemos passar sem o Egito, mas não o Egito sem nós [...] Que alegria para todas as províncias estarem submetidas às nossas leis, pois nós devemos à Fortuna um príncipe capaz de fazer passar de um lugar a outro a fecundidade da terra, transportada, remanejada de acordo com as circunstâncias e necessidades, capaz de fornecer a uma nação separada pelo mar, como a uma parte do povo e da plebe de Roma, alimento e segurança. (*Panegírico*, 30, 5; 31, 5; 32, 1).

Na verdade, Plínio ilustra o imperador como um patrono que ocupa uma posição de divindade já que foi a ele que os egípcios teriam direcionado suas preces em virtude da cheia insuficiente do Nilo, o rio que era adorado como um deus. Nesse sentido, Blázquez (2003: 268) informa que Trajano, assim como Augusto, proibiu o culto a sua personalidade nas regiões ocidentais do Império, permitindo-as no Oriente, onde o culto aos soberanos era uma tradição. Em se tratando do Egito, a associação do imperador com os deuses do Nilo é bastante compreensiva, dado o costume daquele povo de venerar seus faraós como verdadeiras divindades. Devemos lembrar, também, que Alexandre Magno, após conquistar o Egito no século IV a.C., então sob o domínio Persa, foi entronizado como faraó pelos sacerdotes egípcios, atitude imitada também por Ptolomeu que, depois da morte do conquistador macedônico, tornou-se governante do país do Nilo. Portanto, devemos entender a construção pliniana como aceitação dos modelos helenísticos de fusão de culturas, tratando-se, então, de um exemplo de que o sistema imperial também submetia a cultura romana às formas estrangeiras quando a postura era favorável para sua manutenção; e, no presente caso, dada a ênfase pliniana no socorro de Trajano ao Egito, não podemos descartar a possibilidade de que tal abertura fosse também uma estratégia de governo do imperador. Cabe sublinhar, inclusive, que Plínio aprova a associação de Trajano com os deuses egípcios, já que a utiliza na propaganda do César. Essa atitude é um significativo contraste com a postura senatorial de pouco mais de um século antes, quando a cúria aceitou as críticas de Augusto contra Marco Antonio, que se aliou à Cleópatra e aderiu aos

cultos egípcios. Guardadas as devidas proporções, devemos notar aí aspectos da aptidão da sociedade romana imperial em aceitar a pluralidade das nações (PEREIRA, 2004: 273), inclinação que já fora sentido com a ascensão de um provincial ao governo.

A atitude de socorro protagonizada por Trajano estava inserida na concepção que os romanos construíram desde o início, nos tempos da República, quando a posse do Império mediterrâneo já anunciava o patrocínio que Roma desempenharia sobre o mundo (VEYNE, 1992: 296). Coerente com essa política “Trajano ajuda todas as partes do Império e integra o Oriente e o Ocidente” (CIZEK, 1983: 183). A capacidade do César para gerir a imensidão do Império e seus recursos era, então, uma expressão de sua *virtus* estendida de seu conceito municipal primitivo para a abrangência imperial. Assim,

Neste modelo de economia mundial, o imperador erigia-se como artífice e regente do mundo, imagem que fora construída por meio do *consensus universonum* estabelecido por Augusto e que com os Antoninos desembocou no universalismo imperial tão bem explicado pelos autores da época (VEGA, 2005: 279).

Sendo um dos porta-vozes do êxito de Trajano em expandir a obra integradora do Império, levada a cabo principalmente pela centralização de poder e pela administração das províncias por parte dos legados imperiais, Plínio explica como o segundo governante Antonino tornara possível o socorro romano ao Egito que, tradicionalmente, era o celeiro do Império:

Semelhante a um congíario perpétuo é em minha opinião a abundância da anona. O cuidado que outrora lhe deu Pompeu não acrescentou menos à sua glória do que ter expulsado a intriga do Campo de Marte, limpado o mar dos piratas, percorrido com triunfos o Oriente e o Ocidente. Ele não foi melhor cidadão do que nosso pai, quando por sua autoridade, sua opinião, sua boa fé ele abre as rotas, cava portos, restitui os caminhos em terra, aos rios o mar, o mar aos rios, e religa as diversas nações por tal comércio que os produtos de um lugar qualquer parecem pertencer a todos os países. Não nos permitido ver como, sem prejudicar ninguém, a cada ano atende em superabundância nossas necessidades? Pois as colheitas não são, como um butim de guerra que apodrecerá nos celeiros, arrancadas aos aliados que gritam por justiça. Os próprios aliados trazem o que a terra produziu, o sol alimentou, o ano forneceu, e não sendo massacrados sob novas taxas, eles sacrificam aos antigos impostos. As compras do fisco nunca são simuladas. Daí estas provisões, daí esta anona, cujo preço é fixado de acordo entre o licitante e o vendedor, por isso reina aqui a abundância, e em nenhuma parte a fome (*Panegírico*, 29).

A citação demonstra que nesse período a obra integradora de Trajano era tão valorizada como foram os feitos militares da República, tendo os de Pompeu Magno como exemplo. Em outras palavras, o status das conquistas nas propagandas políticas dava lugar à valorização da *fides* em um espaço de compartilhamento pacífico das riquezas produzidas pelo Império. Com Trajano essa harmonia era um prenúncio da realização dos demais governantes Antoninos que

Haviam logrado integrar progressivamente as elites cultas das cidades, tanto da *pars orientis* quanto da *pars occidentis*, em um sistema de poder mundial e hegemônico do qual todos se sentiam participantes, ao ponto de ser superada a distinção original entre vencedores e vencidos (VEGA, 2005: 281).

Nesse sentido, Plínio celebrava, no *Panegírico*, um ideal de imperador virtuoso que se realizaria exatamente pelos empreendimentos que Trajano efetuava nas diversas partes do Império. Além das fundações de colônias e cidades nas várias províncias, com a doação de terras para moradores locais e colonizadores como forma mais eficaz de estabilização das regiões conquistadas em comparação com a repressão militar (MANJARRÉS, 2003: 151), o governante melhorou portos, construiu importantes estradas, pontes e *viae militares*, utilizando inclusive recursos de sua própria *pecunia* (MARTÍNEZ, 2003: 39; BLÁZQUEZ, 2003: 37).

Essa série de melhorias na infraestrutura capitaneadas pelo César respaldava sua posição de poder, legitimava o sistema de governo imperial e indicava às elites provinciais os benefícios da integração. Veyne (1992: 299) chega a afirmar que “os habitantes das províncias romanizavam-se espontaneamente”. Contudo, eram favorecidas por esse sistema, sobretudo, as elites terra tenentes que viam sua produção circular pelo Império e, enriquecidas, podiam acessar o Senado e os altos cargos da administração pública em busca de distinção pessoal. Todavia, não devemos esquecer que o Império era também um sistema de coerção, mas “Roma sabia, no entanto, apresentar sua dominação como um sonho irresistível para amplos setores das classes dominantes” (UBINA, 2006: 82). Com seu discurso Plínio cumpre também essa função ao defender, a propósito da seca no Egito, a submissão dos povos às leis romanas. Todavia, não o faz sem ressaltar que tais leis estavam sob a direção de Trajano, cuja *virtus* favorecia o *oikoumene*, o ecumenismo, ou seja, a busca de unidade entre os povos, já que o sentido primitivo do termo grego

oikouμένη expressava a ideia de “terra habitada”, remetendo à noção de povos civilizados com uma postura cultural aberta. Em outras palavras, ao ilustrar o governo sob signos ecumênicos, o panegirista mostra Trajano como um governante que buscava superar aspectos violentos da dominação imperial.

Um dos aspectos mais significativos da integração do Império era a possibilidade dos *homines novi*, especialmente os provinciais, acessarem as distinções oriundas do *cursus honorum*. A importância desse processo também é captada por Plínio, e ele destaca no *Panegírico* que Trajano, em seu governo, valorizava e recompensava a ascensão desses devotados indivíduos dentro da administração estatal:

Um dos candidatos fora encarregado dos serviços de uma província como questor, onde ele organizara de forma notável os impostos de uma cidade muito importante. Tu decidiste que se tratava de um feito a ser apresentado aos olhos do Senado. Porque quando tu és príncipe, tu que ultrapassou por teu mérito a nobreza de tua origem, a condição daqueles que merecem ter nobres por descendentes não vale o mesmo daqueles que os tiveram por pais? Como tu és digno de tornar sempre justo o julgamento sobre nossos magistrados e de torná-los bons, não punindo os maus, mas recompensando bons! A juventude foi inflamada, e o que ela via ser louvado colocava em seu coração um desejo de emulação, e não houve ninguém que não tivesse este pensamento, sabendo que tudo o que cada um fazia de bom nas províncias, tu o sabias. É bom e salutar, César, para os governadores das províncias, estarem seguros de que a virtude e a atividade podem esperar grande recompensa, o veredicto do príncipe, o voto do príncipe. [...] Se alguém administra bem uma província oferece-se a dignidade merecida por sua virtude. O campo da honra e da glória esta aberto a todos (*Panegírico*, 70, 1-4; 8).

Ao apresentar o imperador recompensando os indivíduos que se dedicavam com afinco à administração imperial, ou seja, aqueles que expressavam sua *virtus* no serviço prestado ao Estado, Plínio mostra que o próprio Trajano dava condições para que os cidadãos expressassem essa qualidade. Dessa forma, além de ilustrar o César como exemplo, o panegirista também o faz figurar como sustentáculo para que os demais cidadãos alcançassem, por meio do patrocínio e *auctoritas* do governante, a possibilidade de expressarem sua própria *virtus*. Beneficiado por esse harmônico devotamento ao sistema imperial, o César mantinha sua estabilidade em Roma: “Tua tranquilidade não é toldada nem pelo atraso dos correios, nem pela lentidão das cartas. Tu sabes que por toda parte fazem votos por ti, que os fez por todos. Ninguém se nega a esse prazer” (*Panegírico*, 68, 4).

A exaltação da paz nas províncias, além de um sintoma de alívio em relação à ausência das conturbações que se seguiram à queda de Nero, quando generais vindos das províncias disputaram a primazia do Império, era também um elogio a essa forma de gerir o Império. A aprovação pliniana da presença de homens novos que iniciavam carreiras em cargos administrativos das províncias configura-se como um contraste do sistema administrativo republicano, quando a *nobilitas* da *Urbs* governava as províncias e alguns de seus indivíduos usavam seus cargos como forma de acumularem riqueza e prestígio aspirando ao poder pessoal. Em outras palavras, aqueles que iniciavam a carreira pública a partir de uma posição mais próxima da base social romana davam suporte a uma forma mais equilibrada de administração, já que seu orgulho pessoal estava muito mais na perspectiva de ascensão do que de sua posição social primitiva. Cabia, portanto, ao César fomentar esse processo que trazia segurança e estabilidade, ou seja, a *aeternitas* do regime. Outra medida integradora do sistema imperial utilizada por Trajano foi a concessão de direitos jurídicos. A prática, tradicional da política romana, também exprimia, na concepção pliniana, a *virtus* do imperador, já que

A extensão da cidadania e do regime municipal não foi dirigida por um projeto estável e permanente como linha estratégica de Estado. Por isso não ocorreu no mesmo ritmo em todas as províncias. Moveu-se segundo impulsos dos distintos governos, segundo interesses de estabilidade dinástica para lograr equilíbrios entre as diversas populações provinciais, para consolidar novos territórios dominados, ou até mesmo como simples moeda de troca de apoios e lealdades (RUIZ, 2000: 166).

Portanto, sendo uma prerrogativa utilizada distintamente por cada imperador, a concessão de direitos servia também como parâmetro para avaliar o governante. A generosidade de Trajano nesse campo, explorada por Plínio no *Panegírico*, é outra forma de ilustrar a *virtus* do imperador ideal como o promotor de uma integração cada vez maior dos membros das elites aos benefícios do Império. Nesse sentido o discurso pliniano identifica-se com

Um modo de propaganda e de um programa de ação política [e com] formas retóricas que exaltam o conceito de *oikouméne* de maneira hiperbólica, exigência própria dos tratados de retórica em voga. Tudo isso forma parte evidente de um substrato cultural mais amplo, próprio do helenismo matizado com os elementos inerentes a uma monarquia com vocação universalista, exercida por meio de um processo de assimilação e integração de todos os povos às estruturas organizativas romanas, cujo nível mais elevado produziu-se na época dos Antoninos, quando o

A INTEGRAÇÃO IMPERIAL ROMANA SOB TRAJANO NA CONCEPÇÃO DE PLÍNIO, O JOVEM

consenso e a integração de todos os territórios do Império alcançou o nível máximo, consolidando entre os habitantes do Império uma consciência clara de pertencimento a um Estado em face aos povos do exterior (VEGA, 2005: 278).

É nesse quadro que percebemos, na apresentação de Plínio no *Panegírico*, uma série de medidas adotadas pelo imperador a respeito de questões fiscais, especialmente a *vicesima hereditatium*, taxa que incidia sobre as heranças e exigia uma aplicação desconfortável do ponto de vista do projeto integrador do Império, uma vez que esbarrava nos distintos estatutos jurídicos de que gozavam membros de uma mesma família.

Este favor da lei era reservado aos cidadãos de longa data: os novos, caso tivessem se tornado cidadãos pelo direito latino ou pelo favor do príncipe, a menos que eles tivessem obtido ao mesmo tempo os direitos de cognação, eram considerados absolutamente distintos daqueles a quem estavam fortemente unidos. Assim, a maior vantagem transformava-se na mais pesada injustiça e “direito de cidadania romana” significava ódio, discórdia, supressão da ascendência e da descendência, pois separava as pessoas mais queridas umas das outras a despeito de sua mútua ligação. [...] Não contente de haver dispensado de 5% o primeiro grau de parentesco fez o mesmo para o segundo e fez escapar do imposto sobre os bens da irmã o irmão, sobre aqueles do irmão inversamente a irmã, o avô e a avó sobre aqueles de uma neta e de um neto, e reciprocamente. Também aos cidadãos a quem o direito latino abria o acesso à cidadania romana, a mesma concessão; e a todos, direitos de cognação recíprocos, de uma vez, sem distinção, segundo a lei da natureza (*Panegírico*, 37, 3-4; 39, 1-2).

Aqui vemos que Plínio ilustra *virtus* de Trajano como aquele que derruba os impedimentos legais que barravam a expansão do ecumenismo imperial. Para isso, o César usa a *humanitas*, que na pessoa do governante expressava-se na concessão de benefícios pessoais (VEYNE, 1992: 283). Essa noção também aparece matizada junto ao estoicismo que o panegirista imprime nas medidas do imperador, que atua como filósofo sábio, adequando as leis humanas ao ideal de *vivere naturae* defendido pela *Stoa*. A crescente equiparação jurídica, ao lado de todas as medidas integradoras do governante, favorecia o que Cizek (1983: 190) descreve como a superação dos limites da mentalidade do *civis romanus*, o cidadão romano, em nome do estabelecimento do *homo romanus*, o homem romano. Este novo modelo de cidadão era o habitante idealizado do Estado imperial mantenedor das tradições da *Urbs*. A construção deste indivíduo, bem como das condições

para sua existência, era uma responsabilidade do imperador, a qual Trajano, na concepção pliniana, cumpre:

Ó cuidados que são de um verdadeiro príncipe, e até mesmo de um deus, reconciliar as cidades rivais, apaziguar os povos em agitação menos por autoridade do que pela razão, reparar as injustiças dos magistrados, anular tudo o que não deveria ter sido feito, enfim, como o mais rápido de todos os astros, tudo ver, tudo entender, e, onde quer que o invoque, prontamente, como um ser sobrenatural, estar presente e ser útil (*Panegírico*, 80, 3).

Vemos, portanto, que a *virtus* de Trajano vinculada à política imperial foi ilustrada pelo panegirista sobre tudo a partir de valores e atitudes favoráveis à integração, tais como o respeito em relação às províncias, tanto do ponto de vista patrimonial quanto daquele da participação de seus elementos na administração e na política do Estado. Isso especialmente pela concessão de direitos, atribuição de cargos e o reconhecimento do bom desempenho nas funções. Importante também é a valorização do César como construtor, mantenedor e patrono do Império e das populações nele existentes. Essas imagens eram reforçadas em atitudes demonstradas no empenho em facilitar a circulação das mercadorias e no incentivo à produção. No discurso pliniano a atribuição de todas essas qualidades a Trajano, associada à detração comparativa com seu antecessor, ilustraram-no como responsável pela paz e harmonia imperial, um ecumenismo garantido por um governante virtuoso, cujas qualidades identificavam-no simultaneamente com a divindade jupiteriana ancestral adaptada à realidade do Império pela aquisição dos valores estoicos.

Considerações finais

Da perspectiva da política imperial, o panegirista ilustrou a *virtus* do governante ideal atribuída a Trajano caracterizando-o como agente de integração das regiões e indivíduos provinciais aos benefícios oferecidos por Roma. Essa atitude passava, sobretudo, pelo respeito em relação às províncias, submetidas a leis justas, e pela política de construções de estradas, pontes e portos que garantiam a circulação de mercadorias, possibilitando, inclusive, o socorro de regiões afetadas por catástrofes naturais. Contudo, é valorizada também a atitude de manter a primazia da península itálica frente às demais regiões do Império. É o que se verifica no elogio à exigência de os senadores possuírem

terras na região e, principalmente, na política dos *Alimenta*. Ainda assim, prevalece no discurso pliniano a visão de um ecumenismo proporcionado pela atuação do imperador. Isso se constata no *Panegírico* pela valorização do modelo de governante pacífico e que reincorpora conceitos culturais alheios à *Urbs*, atestando assim a junção entre unidade e pluralidade presente no Império. A concessão de direitos e a admissão dos provinciais na administração imperial ilustraram o César como indivíduo que dava acesso para que os cidadãos alcançassem, no serviço prestado ao Estado, a distinção almejada pelo homem público. Em suma, a *virtus* do governante ideal do ponto de vista do Império é construída por Plínio pela valorização de uma atitude ecumênica do imperador coerente com o universalismo estoico e com a noção de *humanitas*, que, durante a época do Império, promovia a relativização de ideias conservadoras da *Urbs* e a aceitação do novo cidadão, o *homo romanus*.

A construção de Plínio no *Panegírico* não era uma resposta apenas às aspirações senatoriais; era, na verdade, uma síntese de valores destinada a atender tanto a tradição quanto as novas demandas do Estado imperial. É por isso que Plínio, ao exaltar a figura do César como o governante perfeito, acumula sobre ele, cuidadosamente, virtudes e atitudes equilibradas, formadoras do verdadeiro patrono do Império. Trata-se da visão do panegirista acerca das exigências e esperanças depositadas sobre Trajano e o regime imperial.

Referências

I – Fonte impressa

PLINE LE JEUNE. *Panegyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. 4. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

II – Bibliografia

ALFÖLDY, Géza. *Historia social de Roma*. Madrid: Alianza, 1987.

BLANCO, Jose A. G. La política alimentaria desde Trajano a Antonino Pio en la propaganda numismática. *Studia historica. Historia antiqua*. n. 6, p. 165-174, 1988.

ALEX APARECIDO DA COSTA

BLÁZQUEZ, José María. *Trajano*. Barcelona: Ariel, 2003.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

CHASTAGNOL, André. *Le sénat romain à l'époque impériale*. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

CIZEK, Eugen. *L'époque de Trajan: circonstances politiques et problèmes idéologiques*. Paris: Les Belles Lettres, 1983.

DURRY, Marcel. Introduction. In: PLINE LE JEUNE. *Panegyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. 4. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

FERNÁNDEZ, Julián G. Introducción, traducción y notas. In: PLINIO EL JOVEN. *Cartas*. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

Idem. Trajano: datos biográficos. Idem (coord.) *Trajano, óptimo príncipe, de Itálica a la corte de los césares*. Sevilla: Fundación el Monte, 2003.

GUARINELLO, Norberto L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare nostrum*, n. 1, p. 113-127, 2010.

MANJARRÉS, Julio M. Trajano y las fronteras del Imperio. In: FERNÁNDEZ, Julián G (coord.). *Trajano, Óptimo Príncipe: de Itálica a la corte de los césares*. Sevilla: Fundación El Monte, 2003.

MARTÍNEZ, José M. Á. Trajano y las obras públicas em *Hispania*. In: FERNÁNDEZ, Julián G. *Trajano, Óptimo Príncipe: de Itálica a la corte de los césares*. Sevilla: Fundación El Monte, 2003.

MELÉNDEZ, Javier B; ESPARCIA, Santiago R.; CARRASCO, Juan M. C. Trajano fundador. El último impulso colonizador del Imperio. *Revista Onoba*, n. 1, p. 99-114, 2013.

PEREIRA, Maria H. da R. Unité et pluralité culturelle: le paradigme de l'Empire Romain face aux défis de l'Union Européenne. *Máthesis*, n. 13, p. 265-275, 2004.

ROMÁN, Cristóbal G. Trajano, *Optimus Princeps*: a propósito de los *alimenta*. In: FERNÁNDEZ, Julián G. *Trajano, Óptimo Príncipe: de Itálica a la corte de los césares*. Sevilla: Fundación El Monte, 2003.

RUIZ, Urbano E. *El modelo romano de ciudad en la construcción política del Imperio romano*. Mesa redonda. Valladolid: Sociedade Española de Estudios Mayas, 2000.

SHERWIN-WHITE, A. N. Pliny, the man and his letters. *Greece & Rome*, v. 16, n. 1, p. 76-90, 1969.

UBIÑA, José F. El Imperio romano como sistema de dominación. *Polis*, n. 18, p. 75-114, 2006.

A INTEGRAÇÃO IMPERIAL ROMANA SOB TRAJANO NA CONCEPÇÃO DE
PLÍNIO, O JOVEM

VEGA, María J. H. de la. Algunas reflexiones sobre los limites del olkoumene en el Imperio Romano. *Gerión*, v. 23, n. 1, p. 271-285, 2005.

VEYNE, Paul. *Humanitas: romanos e não romanos*. In: GIARDINA, Andrea (dir.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.

Data de recebimento: 18/12/2015

Data de aceite: 30/05/2016